

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 2

O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO[1]

Por:
Wagner Roberto do Amaral

Wagner Roberto do Amaral[3]

https://doi.org/10.47519/eiae.p1c2

Introdução

Gostaria, primeiro, de agradecer pelo convite que me foi feito para compor essa Mesa de Encerramento do III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do GEPESSE, tendo como inspiração os desafios do verbo esperançar para o Serviço Social e a Educação. Também por compor com pessoas tão importantes para o Serviço Social brasileiro, seja a Profa. Erlênia Sobral, presidenta da ABEPSS, e a Profa. Eliana Bolorino Canteiro Martins, coordenadora deste evento e uma das pessoas de referência para o Serviço Social na Educação no Brasil, junto com Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida, Profa. Adriana Freire Pereira Ferriz e Prof. Carlos Felipe Nunes Moreira.

Venho então socializar alguns aspectos para refletirmos sobre este tema que é o reconhecimento de assistentes sociais como profissionais da educação.

Por certo que não deixaria de fazer referência a imagem de Paulo Freire, presente no material de divulgação deste Seminário, nos instigando sobre a importância de considerarmos o seu pensamento nas diversas leituras e releituras da Educação Popular. Também nos provoca para a articulação dos conhecimentos da nossa área com tantos outros saberes de resistência e de emancipação, principalmente para nós, assistentes sociais, que nos encontramos nesse processo de nos constituirmos trabalhadoras, trabalhadores, profissionais da educação.

Assim, entendo que uma primeira provocação é de que não somos profissionais "da" educação somente, mas sim, "da" e "na" educação. Mas qual a diferença entre essas duas expressões? Vamos compreender inicialmente e pelas regras da língua portuguesa que se trata de preposições com artigos definidos! Ora, ficamos bastante tempo da nossa escolarização aprendendo as regras e a estrutura gramatical da língua portuguesa e acabamos por não nos lembrarmos disso. Mas o que um pronome, uma preposição mais artigo indefinido tem a ver com o sentido do nosso tema e deste evento? Neste caso, as duas expressões sinalizam o projeto e a luta histórica da nossa categoria profissional em garantirmos assistentes sociais e psicólogas e psicólogos "na" educação, lotados na política de educação, vinculados às secretarias municipais e estaduais da educação, sendo este o nosso lugar. Nós não queremos assistentes sociais que migrem da política de Assistência Social e da Saúde para a política de Educação.

Também é comum e cotidiano ouvirmos que somos "profissionais da Assistência Social". Não, nós somos profissionais do Serviço Social! Fundamental, desse modo, explicitarmos sempre que nós queremos estar "na" educação, mas também sermos "da" educação, considerando que esta expressão sinaliza uma identidade, um pertencimento, tema que já foi refletido ao longo deste Seminário, nos trabalhos que foram apresentados. Muitas reflexões e indagações foram manifestadas acerca de qual é o pertencimento, a vinculação efetiva, o que é

1 Palestra proferida na conferência de encerramento do III Seminário Internacional e VII Fórum de Serviço Social na Educação do GEPESSE: "Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperançar!", realizada no dia 09/11/23, na FCHS da UNESP *Campus* de Franca.

necessário para que assistentes sociais e psicólogos sejam reconhecidos e se reconheçam como profissionais da e na educação?

Assim, por vezes, constatamos também que, nas convenções definidas para a língua portuguesa brasileira, as preposições são algo mesmo que não aprendemos direito. Por vezes podemos ter aprendido de forma bancaria, mecânica, reprodutivista em composições musicalizadas compostas para memorizar e esquecer o "a, ante, até, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, tras". A "pre-posição", ao ser compreendida na sua dimensão política, pode indicar um processo que se faz coletivamente, então é possível que desejemos uma escola "com" os jovens e não "sem" eles, ou "contra" os jovens da periferia, "com" a população negra, "sem" a população indígena, "para" a população LGBTQIA+, "perante" as comunidades tradicionais, "desde" suas narrativas... Se faz importante então retomar e ressignificar esta compreensão que se apresentou tão bancária na nossa escolarização, como conteúdos a serem decorados e esquecidos, sendo expressão de um projeto educativo para alienação e não para a autonomia do pensamento e para a emancipação dos sujeitos. É um modelo de escola associada aos interesses capitalistas que persiste ao longo de anos, de séculos, formatada para nos fazer idiotizados, porque oculta a nossa capacidade de refletir, por exemplo, sobre o poder e sentido das preposições. As preposições, por exemplo, tem sido ensinadas, aprendidas e reproduzidas de forma conteudista, como regra a ser automaticamente utilizada, ocultando sua dimensão de poder, por exemplo em fazer "com" as pessoas, pois fazer a escola "com" os indígenas é diferente de fazer escola "para" os indígenas.

Eu também me pronuncio a partir de um lugar que é a Coordenação Nacional para Implementação da Lei 13.935/2019 – assistentes sociais e psicólogos na educação básica[2]. Esse coletivo foi constituído com a finalidade de compor e desenvolver uma agenda nacional voltada a implementação da Lei 13.935/2019 nos estados e municípios. Iniciou e desenvolveu suas ações no período da pandemia da Covid-19, buscando mobilizar as duas categorias profissionais no diálogo com parlamentares, gestores das políticas de educação, sindicatos dos trabalhadores da educação, Ministério Público, dentre outros, bem como elaborar orientações voltadas a atuação dos profissionais do Serviço Social e da Psicologia na/da área da educação básica.

Fundamental destacar que a Lei 13.935/2019 é resultado da luta de mais de 20 anos das duas categorias profissionais. Importante também lembrar que o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), bem como outros grupos e pesquisadores, esteve neste período impulsionando esta reflexão, dando apoio, suporte, fundamentando e inspirando as ações de mobilização política. Esforços históricos de muitas pessoas que vieram antes de nós e de outras pessoas que foram se encontrando e dialogando nesse processo de mobilização, sendo neste momento articuladas pela Coordenação Nacional.

2 Coletivo constituído por sete entidades nacionais, sendo duas delas representando a área do Serviço Social (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), e quatro delas representando a área da Psicologia (Conselho Federal de Psicologia - CFP, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP, Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional - ABRAPEE e a Federação Nacional dos Psicólogos – FNAPSI).

Este coletivo se apresenta como um espaço de negociação, de dissensos, de consensos e de sincronias para a luta pelo direito a educação.

Sendo assistentes sociais como compreendemos e reconhecemos a atuação da Psicologia e como a Psicologia nos reconhece como assistentes sociais na/da educação? Afinal, surge uma expressão numa lei com um texto suscinto, que tem somente um artigo e dois parágrafos, que indica que nós nos constituiremos enquanto equipes multiprofissionais. Já temos atuado juntos, como equipes, em outras políticas como na Assistência Social, na Saúde, mas neste momento é na Educação. Então, quais interfaces, quais fronteiras teóricas, políticas, éticas possíveis de serem estabelecidas? Fomos então construindo esse processo após a aprovação da Lei 13.935/2019, envolvendo várias companheiras e companheiros como Kênia Figueiredo e Eunice Damasceno, que estiveram recentemente representando o CFESS, sendo atualmente representado por Marciângela Gonçalves Lima e Kelly Melatti; Juliana Iglesias Melim que está na representação da ABEPSS junto comigo além de outras companheiras que estiveram nesta pauta nesta entidade como Esther Luiza de Souza Lemos, Silvia Cristina Yannoulas; e de muitas outras pessoas que foram se envolvendo nessa tarefa de mobilização e de mediação.

Para além deste preambulo, pensei basicamente em dois pontos para essa nossa prosa os quais, após a leitura deste texto gravado, se apresentaram mesclados ao longo de minha fala. Um primeiro ponto pretendeu abordar sobre as políticas de educação e a escola como espaços sociocupacionais potenciais do Serviço Social considerando suas dimensões, concepções, possibilidades e resistências. Um segundo ponto se refere a Lei 13.935/2019, os desafios e as perspectivas para o nosso pertencimento como profissionais da educação com efetivas condições de trabalho. Com estas inquietações, espero poder instigar e provocar reflexões que nos mobilize para avançarmos na implementação desta Lei e qualificar ainda mais nossa atuação na área da educação.

As políticas de educação e a escola como espaços sociocupacionais potenciais do Serviço Social considerando suas dimensões, concepções, possibilidades e resistências

Entendo que, para nos reconhecermos como profissionais, trabalhadoras e trabalhadores da e na educação, é fundamental refletirmos sobre quais são as nossas perspectivas e conceitos acerca da escola e das políticas educacionais, entender que desafios e possibilidades a Lei 13.935/2019 nos apresenta. Constatamos que a Educação Básica se constitui num espaço que precisa ser mais ocupado por nossa atuação, sistematização e reflexão, ao menos no universo da produção acadêmica, se comparado ao nível da Educação Superior. Esta questão se evidencia, por exemplo, neste Seminário e no conjunto da produção acadêmica no Serviço Social, considerando o número significativo de assistentes sociais que passaram a atuar na política de Assistência Estudantil, principalmente nas Universidades Federais, muitos deles com condições objetivas e viáveis para vincularem-se aos programas de pós-graduação, realizarem pesquisas e produzirem conhecimento associados e agregados a área do Serviço Social na Educação. Entendo que esta seja a configuração que nós temos da atuação e ocupação dos espaços sociocupacionais pelos profissionais do Serviço Social na/da educação no Brasil

Fundamental também a compreensão de aspectos importantes do contexto atual no âmbito das políticas educacionais brasileiras para atualizarmos e renovarmos nossas lutas

pelo Serviço Social na/da educação. Dentre esses aspectos, destacamos os projetos pautados no Congresso Nacional, alguns aprovados outros não, mas que estão na pauta do conservadorismo brasileiro emergente nesta última década. Tais projetos podem ser resultado de um intenso processo de escolarização induzido intencionalmente pela Reforma da Educação Básica por meio da Lei 5692 de 11/08/1971, no contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira. Escola sem partido, homeschooling, escolas cívico-militares são projetos que passam a ser pautados pelas bancadas parlamentares conservadoras e muitos deles tem ganhado espaço nas gestões públicas nos estados e municípios brasileiros.

Eu nasci no ano de 1971, mesmo ano de tal reforma, tendo um percurso de escolarização marcado por disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), sem ter acesso a informações sobre as atrocidades realizadas pelos governos ditatoriais como torturas, sequestros, desaparecimentos, mortes, exílios, etc. Interessante que é a minha geração que tem se manifestado nas ruas do país com a cara pintada de verde amarelo, incorporando discursos de civismo, tendo a bandeira brasileira, o hino nacional e os brasões caracterizados por uma concepção conservadora e moralista acerca da família, das "pessoas de bem" e do ataque a corrupção. Enfim, cabe observar que é esta mesma geração que foi escolarizada nesta perspectiva mesclada pelo patriotismo, civismo, de retorno da ditadura com expressões xenofóbicas, LGBTQIA+fóbicas, de machismo, racismo, dentre outros.

Associado ao contexto de emergência de expressões conservadoras, fascistas, neonazistas, misóginas, racistas, dentre outras desta natureza, destacamos os recentes ataques e manifestações de violência nas escolas, gerando ambientes de insegurança e medo nos espaços e nas relações escolares. Como resultado desta insegurança se agregam manifestações de exacerbado controle no acesso e permanência na escola, bem como afirmando protótipos de perfis de estudantes em "normalidade", tais como: brancos, classe média, cristãos, heteronormativos, urbanos, dentre outros que negam a existência das diversidades e desigualdades presentes na escola pública e na sociedade. Nesse contexto de insegurança no ambiente escolar, constatamos ainda uma significativa demanda voltada aos profissionais da psicologia dada a equivocada expectativa e compreensão de gestores, equipes pedagógicas e familiares dos estudantes sobre o atendimento clinico e individual nas escolas. Expectativa evidenciada em muitos debates, inclusive em trabalhos apresentados neste Seminário, refletindo de forma critica o desejo de que os profissionais da psicologia consigam adaptar e ajustar os "estudantes-problema" na estrutura e funcionamento da escola e não o inverso. Nessa toada, muitas vezes, as equipes das escolas podem não compreender bem nosso papel enquanto assistentes sociais na/da educação neste universo de violências manifestadas no ambiente escolar. Fundamental que avancemos na compreensão sobre o nosso papel profissional e sobre as respostas que já vimos desenvolvendo por meio das diversas experiencias no país.

Outro aspecto se refere ao primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) que foi construído em diálogo e em negociação com a sociedade brasileira durante e após a I Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2010. Nós, assistentes sociais, temos as referências das Conferências Nacionais de Assistência Social e de Saúde, realizadas já dos anos 1990, sendo que a I CONAE acontece somente em 2010. A importância desta Conferência,

para além do seu caráter inédito, foi de legitimar e possibilitar as bases para a elaboração e negociação do Plano Nacional de Educação junto ao Congresso Nacional.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) aprovado e que finda em 2024, foi marcado, em sua execução, pelo período pandêmico além de ser conduzido por seis anos de duas gestões nefastas no Governo Federal sendo a do Governo Michel Temer (agosto de 2016 a dezembro de 2018), orquestrada por meio de um golpe junto ao Congresso Nacional, e do Governo de Jair Messias Bolsonaro (janeiro de 2019 a dezembro de 2022). Assim, a questão que vimos refletindo é sobre as fragilidades do monitoramento do PNE, quais foram as metas alcançadas, quais serão as diretrizes que hão ser retomadas pela próxima CONAE a ser realizada em janeiro de 2024, considerando o aumento dos índices das desigualdades educacionais nesta última década no Brasil. Nesta lógica, importante nos indagar sobre como nós, enquanto profissionais e enquanto categoria profissional, ao compreendermos o funcionamento das políticas educacionais assumimos a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referencializada, como nossa luta!

Um outro aspecto, se refere a desarticulação histórica e progressiva dos sistemas de ensino. Estamos falando de um lugar e de uma política que ainda não tem um sistema nacional articulado. Na política de Assistência Social temos Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na Saúde temos Sistema Único de Saúde (SUS) e na Educação não temos um sistema nacional articulado. Enquanto categoria profissional vamos nos inserindo em universos muito distintos em cada unidade federativa, em cada estado, em cada município, com desarticulações interinstitucionais históricas e profundas. Destaco as reflexões do Prof. Demerval Saviani e outros intelectuais debatendo teoricamente sobre isso mas não somente de forma teórica como também política, subsidiando esse debate junto as organizações sindicais e fóruns de luta e mobilização pela educação pública no Brasil. Importante lembrar que as Conferências Nacionais de Educação realizadas no período de 2010 a 2018 tiveram como tema a necessidade da construção de um sistema nacional articulado de educação[3], debate presente desde o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) elaborada pelos trabalhadores da educação, infelizmente desconsiderada pelo relator da LDBEN em vigência. Desse modo, quando tratamos sobre a universalização da educação nos questionamos sobre como viabilizar isso nesse desenho fragmentado de redes e sistemas, de níveis e modalidades distintas e com capacidades orçamentarias desiguais no território nacional para garantir a qualidade que desejamos.

Dentre os aspectos contextuais destacamos alguns alentos, tal como a reestruturação do Ministério da Educação (MEC) a partir do ano de 2023, a partir do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Um elemento importante na relação com a nova equipe de gestão do MEC e que possa nos mobilizar ainda mais, se refere a uma agenda que a Coordenação Nacional

3 Em 2010, o tema da CONAE foi "Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação; em 2014, o tema foi "O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração"; em 2018, "A Consolidação do Sistema Nacional de Educação - SNE e o Plano Nacional de Educação - PNE: monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica".

pela Implementação da Lei 13.935/2019 começa a construir com gestores deste Ministério, já com a definição de constituição de um grupo de trabalho que possa elaborar orientações sobre a atuação de assistentes sociais e psicólogos na educação básica e que possa fortalecer o processo de implementação da lei junto aos estados e municípios. Assim, é possível que avancemos comprometendo o Governo Federal como um aliado para induzir os estados e municípios nesta tarefa de efetivar a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica.

Dimensões fundamentais para a atuação de Assistentes Sociais na educação básica

Penso que para entender o lugar e reconhecimento do Serviço Social na/da educação, seja fundamental considerarmos pelo menos quatro dimensões de nossa presença e atuação enquanto profissionais nesta área: a dimensão das políticas educacionais, a dimensão da escola, a dimensão do currículo, e a dimensão do exercício profissional e da permanência com qualidade. Tais dimensões se inspiram no documento "Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação", publicado pelo CFESS e que contou com a assessoria do Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida (UERJ), membro do GEPESSE e um dos coordenadores deste Seminário, bem como na produção acadêmica deste tema no Brasil e na escuta dos relatos de profissionais do Serviço Social sobre sua atuação, atribuições e competências.

Entendo que as diferentes reflexões e o acumulo da produção acadêmica sobre o Serviço Social na/da educação no Brasil pode orientar e iluminar a tarefa e o desafio da ABEPSS em definir estratégias de como convocar e mobilizar as unidades formativas para também pensar este espaço sociocupacional por meio da formação profissional, seja através de disciplinas especificas obrigatórias e/ou optativas ou mesmo de maneira transversal nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e também na pós-graduação. Avalio que esta seja uma tarefa histórica e significativa se quisermos ter uma nova geração de assistentes sociais que se ocupe desta política com formação ético-política e teórico-metodológica critica.

Devido a limitação do tempo da minha fala nesta Mesa de Encerramento, não conseguirei abordar com o detalhamento que se exigiria todas as quatro dimensões, mas, de forma geral, elas se apresentarão articuladas como de fato devem se evidenciar na realidade que passamos a vivenciar nas escolas e nos espaços de gestão das políticas educacionais.

Fundamental compreender que a educação é direito subjetivo e deve ser garantida a sua oferta universal pelo Estado. O que precisa nos inquietar é sobre qual universalização estamos tratando, quem a define, quais os interesses e os ditames da educação para todos, considerando que o modelo e parâmetro vigente historicamente está associado a um modo de ensinar, aprender e reproduzir conhecimentos importados e definidos pelas agências multilaterais internacionais orientadas pelos interesses do capitalismo central com metas para os países periféricos. Importante nos indagar sobre como compreendemos, de fato, a universalização e a oferta da educação escolar a crianças, adolescentes, jovens e adultos considerando suas especificidades, expectativas, necessidades e realidades.

Reflito, por exemplo, acerca dos adolescentes que se encontram em conflito com a lei, cumprem medida socioeducativa e que não se enquadram às definições etárias do 2º segmento do ensino fundamental (6º ao 9º. ano). Qual é o lugar destes sujeitos na escola? É na Educação de Jovens e Adultos após completarem a idade de 15 anos? É por meio da oferta de ensino fundamental diferenciado? Quais são os parâmetros e investimentos que teremos que propor para garantir o acesso e a permanência adequada a estes sujeitos? Assim como afirma o Prof. Miguel Arroyo, refletimos sobre as crianças, adolescentes e jovens com deficiência, os jovens das periferias urbanas, as pessoas LGBTQIA+ e entendo que suas presenças (e também ausências), de fato, interrogam a escola, como também a presença dos estudantes indígenas e negros interrogam a universidade, assim como os estudantes quilombolas, de povos e comunidades tradicionais e do campo interrogam as políticas educacionais. O desafio se apresenta em se efetivar a universalização da educação básica sem perder as especificidades dos diferentes segmentos marcados historicamente pelos processos de exclusão escolar e desigualdades sociais e educacionais.

Deste modo, entendo que esta seja uma equação fundamental: pensarmos as fronteiras teóricas para compreendermos as singularidades, as especificidades, as particularidades na universalidade que compreende a educação publicam "para todos". Importante construir fronteiras teóricas para entender, por exemplo, a educação escolar indígena, a educação escolar quilombola. Segundo o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem 305 povos indígenas diferentes e de cosmologias diversas, falantes de 274 línguas distintas. Importante nos indagarmos sobre como construiremos e atuaremos numa proposta de escola em que se garanta, de fato, formação crítica com diálogos interculturais entre conhecimentos ditos "universais e historicamente acumulados pela humanidade" com as especificidades dos saberes tradicionais e das realidades locais e, ao mesmo tempo, com oferta de abrangência nacional. Que complexidade é essa que se apresenta oposta a ideia de uma escola com um modelo próprio, único? Pensar isso significa também disputar esta perspectiva nas políticas educacionais e nas diretrizes e propostas curriculares.

A educação, como afirmou a Profa. Erlênia em sua fala nesta Mesa de Encerramento, representa disputa permanentemente e disputa neste campo da contradição em que nós estamos, porque é de interesse do capital e da classe trabalhadora a escolarização de seus filhos. A questão a debatermos está em compreender quais são os projetos políticos de escola e no âmbito das políticas educacionais que se encontram historicamente na arena de disputa. Qual o projeto de escola para os filhos e filhas da burguesia e qual projeto de escola para os filhos e filhas da classe trabalhadora? Entendo que queremos e lutamos por um projeto de escola que seja de fato dialógica, que tenha a identidade da classe trabalhadora, em seus diferentes segmentos e fracções. Mas que também possamos compreender que a classe trabalhadora tem cor, tem pertencimento étnico, que é racializada, com mulheres e homens, com orientações sexuais e identidades de gênero diferentes. Enfim, que possui uma diversidade sociocultural marcada pelas profundas e históricas desigualdades sociais e econômicas.

Talvez o desafio seja pensar e efetivar uma proposta de escola que considere a complexidade da vida social e a incorpore e construa modos diferente de linguagem, de conversa, de diálogo, entendendo, sem dúvida, que o Estado – espaço também em permanente dispu-

ta – é a única instituição capaz de garantir a oferta educacional ampla, universal e em escala territorial. Nenhuma organização não governamental vai conseguir fazer isso. Compreender, assim, que a política educacional é a política social mais abrangente, a que tem dotação orçamentária prevista constitucionalmente com 25% do orçamento dos Municípios e 18% do orçamento do governo federal. Quiçá a política de Assistência Social, política social onde temos atuação mais intensa como categoria profissional, tivesse a garantia orçamentaria assim definida como tem a educação, ainda que os fundos orçamentários sejam alvo de disputa pela iniciativa privada e interesses empresariais capitalistas.

Entendo que a assunção da educação como um campo importante de atuação profissional e, por suposto, nos demanda compreender as configurações da educação básica e da educação superior e quais exigências para a nossa intervenção nesse conjunto de níveis e modalidades tão distintos, definidos pela LDBEN de 1996. Compreender, por exemplo, as complexidades presentes nas realidades dos jovens do campo, dos jovens indígenas e quilombolas, dos jovens periféricos de médios e grandes centros urbanos, presentes no ensino médio e na educação técnica e profissional (integral ou sequencial), em instituições escolares tão distintas. Tivemos a oportunidade, neste Seminário Internacional, de dialogar com as experiencias de assistentes sociais que atuam nos Institutos Federais os quais possuem especificidades importantes e diferentes como, por exemplo, do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Experiencias que já vem sendo desenvolvidas por assistentes sociais em todo o território nacional e que passam a ser referencias para nossa analise e compreensão. Importante que reflitamos sobre qual perfil de educandas e educandos que estão cotidianamente nestes espaços escolares e sobre como entender a educação com a presença de jovens cotistas, pretas/os e pardas/os, indígenas, periféricas/os, homens e mulheres, gays, lésbicas travestis, transexuais, dentre outras/os.

Ainda do ponto de vista da nossa efetiva inserção para atuação nas políticas educacionais, temos ainda um dilema nesse reconhecimento, um dilema que está exposto no artigo 61da LDBEN de 1996 que define quem são os profissionais da educação. O inciso III deste artigo menciona que são "trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim". Da forma como está disposto na letra da lei, nós, assistentes sociais e psicólogas/os, nos localizamos nesta expressão "afim". Esse é um limite que pode depender da interpretação jurídica e política, garantindo ou não os investimentos orçamentários que viabilizem a efetivação da Lei 13.935/2019. Assim, um encaminhamento pela Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 é de que o artigo 61 da LDBEN precisa ser atualizado, incorporando o conteúdo da Lei 13.935/2019, garantindo coerência legal e jurídica. Caso não haja essa incorporação na lei orgânica da educação que é a LDBEN, nos manteremos na insegurança jurídica e de financiamento público que viabilize a contratação dos profissionais do Serviço Social e da Psicologia.

Importante recordar das negociações e mobilizações para a aprovação da Lei n. 14.113/2020, que definiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) como política sistêmica e permanente. Estávamos no período pandêmico e tivemos uma atuação intensa como membros da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 para inserção dos profissio-

nais do Serviço Social e da Psicologia na esfera dos 70% de recursos do FUNDEB para fins de financiamento como profissionais da educação. Foi um avanço importante ter garantida a inserção nos 70%, mas que foi revisto no ano seguinte, na primeira revisão do FUNDEB, sendo deslocados para a esfera dos 30% de recursos deste Fundo, caracterizados como demandas de manutenção e desenvolvimento educacional (MDE) e não mais no campo de investimentos como profissionais da educação. Mesmo com uma intensa mobilização realizada no período, em Brasília/DF, por centenas de representantes das entidades nacionais das duas categorias profissionais junto aos parlamentares, a decisão de manutenção nos 30% foi definida pelos parlamentares por pressão das entidades nacionais que representam os gestores da educação (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME) e de parte dos representantes dos trabalhadores da educação.

Para além da expressão comumente justificada sobre o "cobertor curto", ou seja, dos limites presentes no orçamento da educação para atender a todas as demandas educacionais previstas pelo Plano Nacional da Educação (inclusive pela demanda trabalhadores temporários com precariedade dos contratos), constatamos os limites no reconhecimento, por parte dos representantes das entidades nacionais de gestores e trabalhadores da educação, acerca da importância de nossa atuação como profissionais nesta e desta área.

Estamos assim, num campo de disputa e de reconhecimento demandando a visibilidade de nossas experiências profissionais na área da educação e dos argumentos fundamentados sobre a necessidade da nossa presença e da nossa atuação. Para retornarmos ao patamar dos investimentos na esfera dos 70% voltados aos profissionais da educação será fundamental ter força e mobilização política para argumentar e convencer os parlamentares e dirigentes das entidades representativas de gestores e dos trabalhadores da educação. E é por isso, também, que parte desse grupo, muitas e muitos dos que estão participando deste Seminário, já estiveram em Brasília várias vezes mobilizando e pressionando nos gabinetes dos Deputados e Senadores. Esta é a tarefa histórica!

Desse modo, considerando que o conteúdo da Lei 13.935/2019 se apresenta bem reduzido (composto apenas de um artigo e dois parágrafos), se faz necessário um esforço significativo para produzir uma hermenêutica de orientação voltada ao reconhecimento de assistentes sociais e psicólogos como profissionais da educação, explicitando a importância das equipes multiprofissionais para a melhoria da qualidade da permanência e do processo ensinoaprendizagem. Evidencia-se assim, a necessária compreensão sobre aspectos importantes do universo pedagógico tais como: ensino-aprendizagem, as diferenças conceituais entre ensino e educação, entre ensinar e educar, sobre a participação da comunidade escolar, sobre a mediação das relações sociais institucionais, o trabalho em rede, sobre o projeto político pedagógico, etc. Destaco a necessidade da compreensão sobre o projeto político pedagógico, o PPP, citado pela Lei 13.935/2019, e refletir sobre a importância deste instrumento, muitas vezes desqualificado, burocratizado e ocultado no interior e cotidiano das escolas, automatizado nos ambientes escolares e que deveria ser uma ferramenta de diálogo e de debate entre as equipes da escola com a comunidade local, com as lideranças, com os familiares e com os educandos. De uma lei com um conteúdo enxuto e reduzido temos que explicitar um caldo

de elementos que justifiquem de fato a nossa presença, demonstrando o acumulo histórico de nossas experiencias políticas e profissionais na área da educação.

Deste conjunto de elementos se faz necessário evidenciar qual o sentido de nossa presença e atuação na área da educação, na perspectiva de que a escola seja, de fato, um lugar de produção de conhecimentos críticos, como refletimos neste Seminário ao longo desses dias. Compreender a escola como um lugar de socialização de conhecimentos, ou seja, ter nitidez acerca do para quê, para quem e com qual referência de escola nós temos e queremos para a produção de conhecimentos críticos e socialmente referencializados. Compreender também sobre os processos de conformação deste modelo de escola que temos associada intimamente ao processo de colonização do nosso país e do nosso continente orientado pelos interesses capitalistas e que ainda se expressa pela histórica intenção de formação de mentes colonizadas. Importante ainda refletir, desvelar e indagar conceitos que se apresentam cotidiana e intimamente articulados aos nossos discursos e práticas sociais, tais como os associados aos processos de inclusão e de exclusão. Em dialogo com Jose de Souza Martins e tantos outros/as intelectuais do campo da sociologia, entendo que seja fundamental ampliar e aprofundar estes conceitos considerando a existência de processos de inclusão excludente, de inclusão perversa, dentre outros.

As reflexões apresentadas pela Profa. Eblin Farage, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) na mesa realizada ontem neste Seminário sobre o tema "A atualidade e renovação da Educação Popular", nos provocam a refletir sobre a fundamental e simbiótica articulação entre a Educação Popular com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro. Assim, se apresenta como desafio fundante as articulações e diálogos entre o nosso Projeto Ético-Político com as teorias críticas da educação, identificando intelectuais no campo da tradição marxista os quais também dialoguem com os conhecimentos das ancestralidades indígenas e das matrizes africanas refletidas pela diáspora neste território, dentre outros sujeitos coletivos.

Assim, tais considerações nos ajudam a refletir que a escola é o lugar da luta e da resistência da classe trabalhadora, mas também a lugar ideal para alienar, para disciplinar, para moldar, para acalmar, para aquietar os filhos e filhas dos trabalhadores, sendo esta uma estratégia fundamental do capitalismo. A escola se configura como o lugar de disputa de projetos políticos e é possível que, para nós assistentes sociais, considerando a formação que temos, seja importante também compreender a escola como lugar da proteção social. A escola já se apresenta como lugar da segurança alimentar pois não há instituição pública neste pais que garanta, obrigatoriamente, alimentação para todas as crianças, adolescentes e jovens várias vezes ao longo do dia. Observamos que em outros países na América Latina este direito ainda não é realidade demandando esforços e investimentos dos pais e familiares em garantir a alimentação de seus filhos no período escolar.

A escola pode e deve ser um ponto fundamental de proteção social de crianças, adolescentes e jovens, articulada com a rede intersetorial no território. A ação intersetorial de proteção social, desta forma, passa a ser um elemento importante, uma chave na nossa atuação como profissionais na e da educação pois, para garantir permanência na escola, há que se ter a presença efetiva dos educandos e das suas famílias, compreendendo o funciona-

mento do ambiente escolar, participando dele e instigando com que os demais profissionais da escola compreendam as realidades vivenciadas cotidianamente por estes sujeitos. Tal reflexão nos provoca a compreender que a política de educação deve estar articulada no âmbito da Seguridade Social, sendo esta uma perspectiva importante defendida pela nossa categoria profissional, ampliando o campo das políticas de proteção social no Brasil.

Deste modo, a compreensão da escola como ambiente de proteção social no território, se associa intimamente aos quatro eixos explicitados hoje pela manhã neste Seminário pela Profa. Eliana Bolorento Canteiro Martins, coordenadora do GEPESSE e deste evento, resultado da sistematização da pesquisa realizada por este grupo de pesquisa. Dentre os eixos apresentados e as dimensões que evidencio na minha apresentação, entendo que a noção sobre a permanência dos educandos e educandas na escola seja uma chave fundamental para o nosso exercício como profissionais da e na área da educação. Entendo que a permanência deva estar organicamente associada ao pertencimento dos educados e educandas, assim como dos educadores e educadoras, porque é possível que o adoecimento dos trabalhadores da educação esteja tão intenso e progressivo que provoque a negação e o sofrimento nestes sujeitos, não desejando mais pertencer a escola. De forma contraditória, a escola passa a ser também reconhecida como espaço sociocupacional, lugar do trabalho e, portanto, um lugar que adoece, com práticas e rituais robotizados, automatizados, desumanizadores, além de desqualificar os educadores pela péssima remuneração, com baixíssimos investimentos na sua formação continuada e precárias condições de trabalho. O desafio, portanto, se apresenta na luta para que a permanência seja, de fato, efetiva e com qualidade numa perspectiva crítica, dialógica, emancipadora, transformando a escola num lugar de direito dos educados e suas famílias, de desejo, de criação e de reflexão; assim como num lugar de dignidade do trabalho de educadoras e educadores. Ao ouvir as importantes provocações feitas pela Profa. Erlênia refletindo sobre os processos educativos e a alienação, reflito sobre as possibilidades de transformar os conhecimentos curriculares, os tempos, espaços e rituais escolares em instrumentos de desalienação, de leitura crítica, dialógica, intercultural, decolonial e emancipatória.

Ao longo deste Seminário, tivemos a oportunidade de conhecer, ouvir e debater sobre várias experiências e relatos importantes. Por exemplo, num dos grupos que eu acompanhei e participei ouvi o relato do Everton, professor de Geografia numa escola pública, e que nos dizia sobre as mediações feitas por ele para trabalhar com conteúdo complexos como as placas tectônicas com um grupo de educandos que estavam com fome por não terem se alimentado em suas casas. Ora, ao constatar tal situação, ele nos relatava que a fome se tornou um tema gerador fundamental na relação com os conhecimentos curriculares, envolvendo conhecimentos da geografia, da sociologia, da química, da biologia, da história, da língua portuguesa, da matemática, refletindo sobre a produção de alimentos, a segurança e insegurança alimentar, sobre o latifúndio e o acumulo de capital, sobre a pobreza, dentre outros. Assim, como tema gerador relacional, como nos brindava Paulo Freire em sua perspectiva de educação popular, o Prof. Everton parte da realidade e da necessidade dos seus educandos colocando a questão da fome enquanto conteúdo significativo, como uma escolha política e pedagógica curricular, como refletiam os intelectuais críticos do campo do currículo, como seleção de cultura.

Ao ouvir tais relatos de educadores podemos ser interpelados e questionados pois somos profissionais que não temos graduação em pedagogia ou em cursos de licenciatura. Então o que devemos fazer para compreender melhor o campo da educação? Teremos sim que pesquisar, estudar, ler e aprender, porque se queremos mesmo nos tornarmos profissionais da e na educação, uma tarefa precípua é a de mergulhar nossos estudos nesta área. Atuar na escola e/ou na área da gestão educacional, demanda estar além da sala reservada para a equipe multiprofissional, da/o assistente social e da/o psicóloga/o, por vezes chamada como "equipe técnica". É possível que o comumente distanciamento da equipe multiprofissional da equipe pedagógica nas escolas pode ser um risco de esvaziamento da dimensão pedagógica da nossa atuação profissional, sendo esta a essência da escola. Explicito isso porque é possível que a delimitação enquanto "técnicos" nos isole no ambiente escolar que, por sua natureza, já fragmenta os conhecimentos e as relações sociais, reflexo da orientação e configuração fragmentada e desarticulada do modelo de Estado existente.

É possível que também nos limitemos ao lugar reservado para a equipe técnica na universidade, enquanto profissionais que estão insistentemente trabalhando com a gestão dos benefícios, numa tarefa insana, muitas vezes de ter que dar conta de administrar bolsas e serviços, sem conseguir, necessariamente focar em outros aspectos, muitos deles pedagógicos, que motivam a evasão, a não permanência e as frustrações dos estudantes pelo seu fracasso escolar. Precisamos nos desafiar e desafiar as instituições escolares a conectar ainda mais nossas praticas associadas a dimensão pedagógica e do currículo. Fundamental considerar nas nossas práticas o projeto político pedagógico, orientador da proposta curricular nos estabelecimentos de ensino.

Logo, uma dimensão que eu considero fundamental na nossa formação e exercício profissional é a do currículo e da formação continuada. Qual concepção de currículo nós temos e como entendemos o projeto político pedagógico da escola associados aos princípios éticos e políticos do Serviço Social, por exemplo, no enfrentamento do racismo e das demais formas de inclusão perversa? Muitos livros didáticos, por exemplo, apresentam textos e imagens extremamente pejorativas, preconceituosas, racistas, misóginas como algumas que demonstrei aqui pela minha apresentação. Tal dimensão pedagógica tem me provocado muitas inquietações: como posso atuar numa escola onde tais imagens, textos, concepções, metodologias são selecionadas e passam a compor o universo de representações, discursos e práticas educativas? Como me posicionar nas reuniões dos conselhos de classe nas escolas? Quais adjetivos são reproduzidos neste espaço para caracterizar os educandos, educandas e suas famílias? Muitas vezes, os conselhos de classe podem se caracterizar como lugares da inclusão perversa, da inclusão excludente, nem sempre compreendendo as realidades vivenciadas pelos educandos na sua inteireza, na sua totalidade. Entendo que nossa participação enquanto assistentes sociais e psicólogos da e na escola seja fundamental nestes espaços considerando o arsenal de informações e conhecimentos que levantamos e sistematizamos por meio das visitas domiciliares para as famílias dos estudantes, dos atendimentos individuais, das atividades em grupo, das reuniões com a rede intersetorial de proteção social nos territórios, dos eventos e reuniões com lideranças comunitárias, dentre outros. São conhecimentos que passam a ser sistematizados e analisados pela equipe multiprofissional os quais podem e devem contribuir,

numa perspectiva freiriana, para enxarcar os currículos e os PPPs de realidade! É fundamental que participemos efetivamente deste espaço, ocupemos esse lugar.

Para isso, precisamos compreender a legislação educacional, principalmente o conteúdo que autoriza e fundamenta as possibilidades de flexibilidade curricular adequadas as realidades das educandas e educandos e suas comunidades. Importante, por isso, compreendermos os índices e indicadores educacionais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), realizando leituras críticas sobre como eles foram configurados mas, sobretudo, considerando os dados que potencializam a elaboração de diagnósticos acerca da permanência e não permanência dos estudantes no espaço escolar. Enquanto assistentes sociais na e da educação é fundamental que compartilhemos tais dados diagnósticos com a rede intersetorial de proteção social no território enquanto agentes tradutores e mediadores destas informações com os profissionais das diferentes políticas e serviços sociais. A questão da permanência deve ser pautada pela rede que pode e deve torna-se suporte para as ações da escola e em reciprocidade para os demais serviços. Tarefa precípua do assistente social que vivencia e atua a partir do chão da escola, que deve pertencer a esse lugar institucional e a partir deste espaço dialogar com as demais políticas no território. Desde a escola passa a compor e a articular a rede de proteção social fazendo as mediações necessárias com os demais profissionais da educação.

Nesta lógica, o envolvimento e a participação da família e da comunidade no espaço escolar torna-se uma tarefa fundamental que já tem sido um tema presente nas nossas reflexões, mesmo que não estejamos atuando diretamente na escola. Contudo, associada as experiências e possibilidades de nossa atuação diretamente na escola nos deparamos com um aspecto importante: compreender a constituição e funcionamento dos conselhos escolares. A LDBEN de 1996 no seu artigo 14, determina que todo estabelecimento escolar deva ter um conselho escolar, devendo ser este o canal institucional legitimo de gestão democrática, de participação e de controle social. A questão colocada e que deve ser refletida é como são constituídos os conselhos escolares, qual tem sido o perfil dos representantes de estudantes, familiares, professores e lideranças comunitárias que compõem estes espaços e qual tem sido o papel das direções escolares e gestores públicos nesta orientação.

Entendo, como último aspecto, a importância de fortalecermos as ações conjuntas a serem desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais, bem como na composição de alianças com os demais profissionais da educação. Fundamental que nos conectemos mais com as/os companheiras/os da área da Psicologia ampliando nossa compreensão acerca das fronteiras teóricas, políticas e éticas existentes entre as duas categorias profissionais. Nesta mesma semana do Seminário Internacional, antes de vir para Franca, fui membro da Banca de Defesa de Mestrado em Psicologia da Mariana Gentili Perez, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, cujo tema do trabalho foi "Instrumentalidade em Psicologia: aproximações com sua práxis na realidade brasileira"[4]. Mariana foi orientanda da Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo que também atua como uma das diretoras do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e representante deste Conselho na Coordenação Nacional pela Implementação da Lei

4 Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/17130

13.935/2019. Na defesa de sua dissertação, Mariana argumentava acerca de sua admiração e respeito para com o debate acerca da instrumentalidade do Serviço Social, buscando articular essa reflexão com os acúmulos teóricos da Psicologia. Foi uma reflexão muito importante e profunda, dialogando com referências do Serviço Social e buscando entender sobre as associações com a Psicologia e qual projeto ético-político profissional orienta esta área e baliza as ações formativas e de exercício da profissão. Tal reflexão toma importância porque as/os profissionais da Psicologia tem sido nossas/os parceiras/os não somente na luta pela educação pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referencializada, como também no interior de outras políticas sociais como a Assistência Social e a Saúde. Na toada dos debates que orientam o Serviço Social brasileiro e do nosso histórico processo de reconceitualização (ou de Intenção de Ruptura, como reflete José Paulo Netto), a nossa assunção e reconhecimento enquanto classe trabalhadora, bem como o posicionamento explícito em defesa dos interesses desta classe, passa a ser fundante na perspectiva crítica que nos orienta profissionalmente. Importante compreendermos como esse debate se apresenta no campo da Psicologia considerando as diferentes áreas e abordagens em que estão inseridos, seja na psicologia clínica, no trabalho social e institucional, dentre outros.

Talvez a indagação se amplie ainda mais ao mirarmos a escola e evidenciarmos o conjunto e a diversidade de trabalhadoras/es da educação que estão inseridas/os neste espaço: pedagogos, professores de história, geografia, matemática, física, química, língua portuguesa, inglês, espanhol, educação física, artes, sociologia, filosofia, além dos que possuem formação técnica como auxiliares administrativos, dentre outros. Indagamos quais são os percursos formativos, qual a direção ético-política na formação e exercício profissional dessas categorias. Fundamental compreendermos que tais profissionais são e serão nossos companheiros na escola, aliados e opositores, porque é no chão da escola e dos espaços de gestão da política educacional que conseguiremos somar a uma luta articulada como classe, como trabalhadoras e trabalhadores da educação. Observamos que são muitos os professores e professoras que participam das paralizações, das assembleias e organizações sindicais, das mobilizações e que, de forma teimosa e insistente, provocam mudanças metodológicas e curriculares cotidianas nos conteúdos de suas disciplinas, com grupos de estudantes ou mesmo na gestão das escolas, numa perspectiva emancipadora.

Assim, passa a ser uma tarefa significativa compreender as experiencias, narrativas e atuação dos demais profissionais da educação evitando cair na armadilha de culpabilizar os professores, muitos deles vítimas das precárias condições de trabalho, de reduzidos salários, do baixíssimo investimento na formação continuada e, consequentemente, do decorrente adoecimento e esgotamento. Reconhecemos que muitas perversidades cotidianas vêm acontecendo na relação entre educadores e educandos, mas estas devem ser objeto das reflexões que podemos pautar ao longo dos percursos profissionais que já fazemos e que iremos fazer como assistentes sociais da e na educação. Para além das perversidades cotidianas está a perversa ausência do Estado em não garantir condições adequadas para que o direito a educação escolar seja efetivado como direito e com dignidade.

Tarefa em refletir sobre as possibilidades de esperançar, de uma paciência também que se faz no processo formativo em diálogo, em comunhão e na mediação dos conflitos dos

quais também nos faremos parte. A consciência de luta de classe se constrói juntos, juntas, juntes! Teimar sempre em nos questionarmos e nos mobilizarmos sobre como construir juntos as condições efetivas de trabalho, de vinculação. remuneração e de formação continuada dignas. Sobre como e quando superaremos os contratos precários desde as alternativas como microempresário individual (MEI), com recibos de prestação como autônomos (RPA) ou através dos processos seletivos simplificados. A perspectiva do concurso público deve ser nossa, construir isso é luta coletiva da nossa categoria e, neste momento, também luta articulada e conjunta, fundamentalmente com as entidades representativas da área da Psicologia, espraiando esse processo de mobilização nos estados e nas regiões.

Além da luta conjunta entre assistentes sociais e psicólogos pela implementação da Lei 13.935/2019, se apresenta ainda como uma tarefa histórica a articulação deste processo de mobilização nos somando as lutas sindicais com os trabalhadores da educação. Processo que demanda intenso diálogo com a companheirada da educação que, nesse momento, pode até reconhecer a importância do nosso trabalho profissional e da nossa militância em diferentes espaços políticos, mas muito deles ainda negam ou questionam nossa inserção na educação justificando as limitações orçamentarias para contratação. É possível ainda que muitos deles nos confundam como profissionais da Assistência Social e não como profissionais do Serviço Social aptos a atuar em diferentes políticas sociais, argumentando, desta forma, que devamos migrar ou sermos "emprestados" da política de Assistência Social para atuar eventualmente na educação. Evidenciar a importância de nossa atuação voltada a garantia das condições de permanência como direito dos estudantes na escola é fundamental, assim como explicitar que há diferenças no quantitativo de assistentes sociais e psicólogos a serem contratados na escola se comparado ao número de professores de língua portuguesa e matemática, por exemplo.

Quando dialogamos com os gestores da educação sobre a importância da contratação de assistentes sociais e psicólogos, constatamos a necessidade de construirmos parâmetros sobre o número adequado de profissionais por escola, considerando os portes distintos das escolas, sua capacidade de oferta de níveis e modalidades educativas e de sua localização (urbana, rural, em territórios indígenas, quilombolas, nas ilhas, etc.), do porte dos municípios e da sua capacidade tributaria e orçamentaria, dentre outros fatores. O desafio se apresenta em elaborar orientações que balizem tais aspectos considerando a dimensão continental do país e de sua complexa diversidade sociocultural.

Este e outros pontos compõem a pauta da agenda de mobilizações que já vem acontecendo, que precisa ser ainda mais articulada e que somente se efetiva se ocorrer de forma coletiva e dialógica enquanto categoria por meio do Conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), associados com as entidades nacionais da Psicologia. Perspectivas positivas e desafios mais próximos são sinalizados tais como: a constituição do Grupo de Trabalho no MEC para elaborar orientações técnicas da atuação dos profissionais de Serviço Social e da Psicologia na educação básica; as mobilizações para a alteração da LDBEN reconhecendo legalmente assistentes sociais e psicólogos como profissionais da educação; a sensibilização dos parlamentares para inserção das duas categorias profissionais no âmbito dos 70% dos recursos do FUNDEB; e os diálogos permanentes com

as entidades sindicais e de pesquisa da educação visando a constituição e fortalecimento de alianças com este segmento.

Concluo com a inspiração freiriana sobre o verbo esperançar, lema deste Seminário Internacional. Paulo Freire então nos diria que "É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo…"

Assim, esperançar é preciso, é urgente, mas compreendendo que o verbo esperançar não é simples espera... Paulo Freire reflete muito em suas obras a perspectiva do esperançar. Escreve no seu poema "Canção Obvia", texto escrito durante seu exilio em marco de 1971 e que prefacia seu livro "Pedagogia da Indignação", que "estarei preparando a tua chegada como o jardineiro prepara o jardim para a rosa que se abrira na primavera". Esperançar é se levantar, é ir atrás, é construir, é não desistir; esperançar é levar adiante e juntar-se com os outros para fazer de outro modo! Que sigamos "juntes" na luta por uma educação pública, gratuita, democrática, laica, decolonial, socialmente referencializada!

Muito obrigado!

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Currículo:** território em disputa. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, M. Políticas Educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 83-94, jan./abr. 2011.

MARTINS, J. de S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

OLIVEIRA, I. B. (org.). **Alternativas emancipatórias em currículo**. 2. ed, São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. Organização da educação nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul./set. 2010.

VEIGA-NETO, A. Currículo e interdisciplinaridade. *In*: MOREIRA, A. F. B. (org.) **Currículo:** questões atuais. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011. p. 59-101.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357